

Um Olhar Psicanalítico sobre a Vitimação e a Psicoterapia Dinâmica no Âmbito da Violência Doméstica

Henrique Testa Vicente, Rui Paixão, João Redondo

I

A relação entre psicologia e violência doméstica permanece controversa e polêmica, pois que numerosos autores continuam a sustentar a opinião de que qualquer tentativa para *explicar* a violência que recorra a conceptualizações psicológicas indulta as condutas abusivas e violentas dos homens (Nicolson 2010). Colocando a tónica nos traços fundamentais da psicanálise e da psicologia dinâmica – particularmente nas noções de determinismo mental e motivação inconsciente – argumentam que estas são particularmente problemáticas pois ignoram a origem política do problema, optando antes por focar as motivações inconscientes do comportamento. Face a estas críticas, Haaken (2008) questiona por que continuamos tão receosos em reconhecer ‘o lado pessoal da violência familiar’? A mesma autora assinala que, de forma similar ao que se passa numa psicoterapia, a análise das resistências inerentes a determinados movimentos sociais deve preceder a análise das suas ansiedades e defesas.

1 Curiosamente, e a propósito da importância da agressividade na teoria psicanalítica, em ‘Novas Conferências Introdutórias da Psicanálise’ (1996 [1933]), Freud formula uma questão de figurino muito similar ao de Haaken: ‘Por que é que precisamos de tanto tempo antes de nos decidirmos a reconhecer uma pulsão agressiva? Por que é que hesitámos em utilizar, para a teoria, factos que eram evidentes e familiares a qualquer pessoa?’ (Laplanche e Pontalis 1985: 38).

No contexto da violência, as reações à teorização psicológica foram moldadas pelo trabalho pioneiro de Lenore Walker, autora de *The Battered Woman* (1979). Nesta obra, Walker afirmava que as mulheres se mantêm nestas relações abusivas, não por simples masoquismo, mas sobretudo devido a complexos fatores psicológicos e sociais. Nesse sentido, procede a uma alteração do retrato-tipo da mulher vítima que culmina na identificação do perfil da ‘boa esposa’ – uma mulher ativamente envolvida e empenhada na ambição pessoal de criar uma família harmoniosa. Este perfil coloca liminarmente em causa a ideia de uma mulher, cujas baixas competências de resolução de problemas e autoestima empobrecida são exploradas pelo marido abusivo. A síndrome descrita obedece a um esquema circular (o ciclo da violência), composto por três fases sequenciais (aumento da tensão; ataque violento; apaziguamento). A ênfase colocada numa série de antecedentes e consequentes previsíveis contribuiu para ancorar a violência doméstica num modelo médico. Tal como as doenças físicas seguem uma série invariável de estádios, também a síndrome do mau trato segue uma trajetória transversal e similar em situações distintas. Haaken (2008), pertinentemente, observa que o ciclo vicioso de Walker implica uma *folie à deux* neurótica, com uma masculinidade ferida a combinar com uma feminilidade insegura. A estrutura patriarcal teria facultado aos homens uma vantagem no poder, devido ao sentimento de permissividade em agirem a sua cólera e *stress* na forma de ataques destrutivos sobre as mulheres. Mas estes homens também experienciavam culpa e remorsos, procurando reparar o mal cometido, o que lhes conferia uma humanidade dificilmente aceite por algumas camadas da sociedade.

Durante os anos 1990, o protótipo neurótico do agressor foi substituído por um perfil psicopático, principalmente através da difusão generalizada do modelo ‘Poder e Controlo’ desenvolvido por Ellen Pence e Michael Paymar (1993) em Duluth no Minnesota (Haaken 2008). Ainda segundo Haaken (2008), a ‘roda do poder/controlo’, elemento central no modelo Duluth, representa graficamente um conjunto de estratégias utilizadas pelos homens com o objetivo de manter o domínio absoluto sobre a mulher. Para os proponentes e seguidores deste modelo, a fase de reparação seria apenas uma estratégia diferente de controlo. Para além disso, foi descartada a dimensão interacional do modelo de Walker, no qual se defendia que os esforços feitos pelas mulheres, no sentido de agradar os seus cônjuges poderiam contribuir inadvertidamente para a manutenção do ciclo da violência. A passagem de um modelo que reconhecia o papel da mulher na dinâmica violenta do casal para um quadro de compreensão

do problema centrado na dinâmica de uma única pessoa (o agressor), representa uma recusa coletiva em carregar com os ‘pecados’ dos homens, mas também compromete o reconhecimento de elementos significativos na vida das mulheres implicadas. As suas escolhas e ações passam a ser consideradas contingentes e determinadas por forças sociais que se encontram para além do seu controlo, enquanto o comportamento dos homens é reafirmado como autónomo, voluntário e não-contingente na sua natureza. Paradoxalmente, o subtexto inerente é que as mulheres não têm qualquer grau de liberdade, ao passo que os homens têm liberdade absoluta. Ora, tal entra em contraste absoluto com a ligação fundamental e inequívoca da psicanálise à ideia de liberdade (sobretudo, à ‘liberdade de pensar’) e ao seu reconhecimento da igualdade como necessidade imperiosa (Matos 2007). Assim, embora a mulher agredida seja aliviada do ‘peso’ associado ao pensar sobre os motivos por detrás da opção por manter-se numa relação abusiva, fica igualmente desprovida de um espaço para explorar as várias fases da sua vida em que tinha efetivamente liberdade de escolha. A reificação de uma visão clivada da realidade, através da criação de duas figuras idealizadas – a ‘mulher boa’ e o ‘homem mau’ – que, na sua essência, se revelam elementares e sem substrato (para além de profundamente desiguais), serviu provavelmente objetivos mais políticos do que terapêuticos, procurando alertar as instituições sociais para uma problemática sobre a qual reinava a indiferença (Haaken 2008). Recentemente, alguns autores têm reclamado a necessidade de um distanciamento em relação ao paradigma de género e uma (re)aproximação da psicologia à investigação, compreensão e intervenção em violência doméstica (Dutton e Corvo 2006), argumentando que as teorias baseadas no género excluem a noção de violência no feminino e a sua prevalência (Strauss 2009), trivializam possíveis injúrias aos indivíduos do sexo masculino e mantêm uma visão monolítica de um problema social complexo (Dutton e Nicholls 2005). Segundo Nicolson (2010), ao negligenciarmos as emoções, experiências e explicações psicológicas para a violência doméstica estamos igualmente a negligenciar aqueles que sofrem e a descartar possíveis caminhos para prevenir abusos futuros.

II

Apesar das resistências que foram sendo levantadas, emergiram conceptualizações psicanalíticas para a violência. Por exemplo, tomando por base a experiência clínica de acompanhamento psicoterapêutico de

vítimas de violência doméstica (abuso infantil, maus tratos conjugais, violação), Seagull e Seagull (1991) identificaram um conflito interno fundado na crença inconsciente de que a recuperação completa do trauma iria exonerar o perpetrador da culpa e ser um ato de deslealdade para com outras vítimas, apelidando o fenômeno de 'a ferida que não deve sarar'.

Por seu turno, Celani (1999) aplicou o modelo de relações objetais de Fairbairn (1952) à compreensão da dinâmica da mulher maltratada. Este modelo enfatiza a importância das influências externas na formação das estruturas egóicas, assinalando as trágicas consequências desenvolvimentais que advêm da confrontação precoce com ambientes desfavoráveis de privação, negligência ou violência. O primeiro movimento que a criança mergulhada nestes contextos efetua concretiza-se numa série de tentativas, muitas vezes desesperadas, para assegurar e maximizar a vinculação a objetos frustrantes, mas simultaneamente sedutores (pois mesmo os pais mais negligentes são capazes da gratificação ocasional). Esta fixação ao objeto materno, encetada na esperança de colher algumas migalhas do escasso alimento afetivo, complementa-se com um segundo movimento que consiste na internalização do objeto frustrante, pois a criança não pode viver com um mundo interno desprovido de objetos, sob risco de sucumbir ao autismo mais esmagador (Meltzer 1975). Com efeito, mesmo um objeto parental violento e abusivo é melhor do que nenhum objeto. Os dois movimentos (focalização intensa no objeto rejeitante e internalização do objeto rejeitante) são essenciais para afastar o colapso do ego, mas implicam custos perniciosos a longo-prazo. Por que é que estes objetos internalizados são tão preciosos? Porque a criança não tem outras fontes de segurança.

Para Fairbairn (1952), as qualidades de 'bondade' ou 'maldade' destes objetos internalizados que, na verdade, constituem uma visão do *self* em relação ao objeto, determinam o funcionamento adulto da personalidade, o qual passa a refletir o terceiro movimento de clivagem que, entretanto, se opera na criança, uma clivagem dos objetos externos e internos em dois objetos parciais separados, a qual acarreta uma outra clivagem, desta feita da estrutura egóica que passa a conter dois subegos mutuamente exclusivos. Será através desta estrutura de objeto/ego clivado que a criança soluciona o problema de gerir a sua agressividade e ressentimento em relação a uma mãe que recebe e odeia mais do que ama e confia. A conceptualização de Fairbairn (1958), profundamente influenciada pelo trabalho de Melanie Klein, postula ainda que esta clivagem em subestruturas egóicas parciais e irrealistas determina a procura, na idade adulta, de objetos externos que reencenem a relação original que as criou.

Este modelo é particularmente interessante quando aplicado a mulheres vítimas de violência que optam por permanecer em relações abusivas, apesar de terem outras possibilidades de escolha, ou então a mulheres que fazem escolhas sucessivas por companheiros violentos e agressivos, muitas vezes, eles próprios dotados de uma estrutura do ego similar que oscila entre os pólos acima enunciados.

Nestes casos, constatamos que, embora o modelo de Walker tenha um poder descritivo assinalável, peca pela inexistência de uma explicação consistente para o facto de algumas mulheres repetirem este ciclo *ad eternum*, enquanto outras, simplesmente, terminam a relação aos primeiros sinais de violência. O modelo de Fairbairn (1952) parece, assim, complementar o modelo de Walker na sua dimensão explicativa.

Seguindo o que foi exposto anteriormente, a clivagem dos objetos que a criança opera nas fases iniciais do desenvolvimento irá condicionar o funcionamento num duplo registo, em que existem dois egos-parciais – um libidinal e outro antilibidinal – que alternam na sua dominância sobre os processos conscientes, restando pouco lugar a um ego integrado capaz de anular a ambivalência das duas dimensões. Os objetos/sujeitos que então se cruzam no decurso da vida adulta, ou são idealizados ou demonizados, consoante o ego-parcial dominante. Nas situações de violência, existe frequentemente a acoplagem de indivíduos com características similares. As mulheres sentem-se atraídas por homens com a mesma natureza intrapsíquica, pois estes alimentam as fações do ego essenciais à manutenção dos objetos internos e vice-versa. Importa aqui salientar que, de outra maneira, seria o vazio, esse sim insuportável. É por este motivo que os homens ditos ‘normais’ não interessam, pois não alimentam as dimensões conflituais internas do psiquismo. Durante o ciclo de violência descrito por Walker pode, assim, observar-se a alternância entre egos-parciais, se bem que num registo de dissonância e desencontro permanente entre os sujeitos envolvidos. Na primeira fase deste ciclo, predomina o ego antilibidinal no homem que atribui à sua companheira a insatisfação das suas necessidades (infantis), reagindo com progressiva intensidade às frustrações ‘supostamente’ infligidas e reivindicando um amor que, por muito grande que seja, é sempre insuficiente. A palavra-chave aqui é insaciabilidade. A mulher, por seu turno, encontra-se na fase libidinal, desculpando, muitas vezes, o cônjuge por estas ‘pequenas’ infrações, ou atribuindo a si própria a culpa pelo sucedido. Aquando da eclosão do episódio violento, dá-se uma modificação na posição da mulher que, relembrando dolorosamente o mau objeto da sua infância, alterna de ego-parcial, passando a dominar a componente antilibidinal que motiva o desejo de separação e de afastamento. Peran-

te a possibilidade de abandono, o homem procura manter o objeto pela mudança para uma posição libidinal, de reparação e sedução, que reativa na mulher as tão desejadas qualidades do objeto-parcial interno benéfico e produz um novo câmbio na estrutura parcial do ego dominante, completando um círculo que permite manter a realidade intrapsíquica intacta e a segurança de um caminho já trilhado vezes sem conta.

O modelo de Fairbairn (1952) pode ser utilizado para a compreensão e intervenção psicoterapêutica, nomeadamente no reconhecimento de uma compulsão para a repetição que eventualmente possa ocorrer fruto de uma história de violência que, na precocidade das experiências infantis, tenha comprometido as estruturas do ego. Este modelo compreensivo vai igualmente ao encontro dos estudos que revelam uma maior prevalência de maus-tratos na infância, incluindo o abuso físico e sexual (Coid et al. 2001; Stuart, Moore, Gordon, Ramsey e Kahler 2006; Wind e Silvern 1992), e a organização de perturbações da personalidade em mulheres vítimas de violência (Pico-Alonso, Echeburúa, e Martinez 2008).

Antes de finalizarmos esta breve explanação da aplicabilidade das teorias psicanalíticas à compreensão da violência doméstica, convém salientar ainda a distinção conceptual, avançada por Bergeret (2004), entre ‘violência fundamental’ ou ‘violência natural primitiva’, ‘exações violentas’, ‘ódio’ e ‘agressividade’, expressões que, por vezes, são utilizadas indiscriminadamente, mas que encerram em si diferenças substanciais.

Por ‘violência fundamental’, entende-se algo inerentemente universal à natureza humana: ‘uma componente instintual inata destinada a ser progressivamente integrada noutras finalidades humanas no decorrer da infância e da adolescência para que o adulto alcance um livre e eficiente exercício das suas capacidades amorosas e criativas’ (Bergeret 2004: 97), cujo grau de integração varia consoante o indivíduo. Esta violência nasce e tira todo o seu significado dos fantasmas originais (espécie ordenada dos elementos primitivos e inatos), trazidos geneticamente pela criança e incluídos na ordem do pré-simbólico (Laplanche e Pontalis 1985). Estes elementos, já referidos sob o termo pulsões agressivas (Freud 1915) ou de pré-conceções (Bion 1979), caracterizam-se por um potencial que se atualiza na ordem do interativo, isto é, a sua expressão-inibição começa por se estruturar na relação mais precoce com os objetos parentais como condição intrínseca da existência, manifesta na necessidade de sobrevivência de todo o ser vivo. A primeira manifestação do fenómeno acontece logo nos primeiros movimentos

agressivos do bebê na relação precoce, o que fundamenta o papel para-excitatório da função materna. Segundo Bergeret (2004), estes elementos terão sido inicialmente sublinhados por Abraham, ao referir-se aos fantasmas primários e violentos na relação mãe-criança e, em 1924, em 'Histoire du Développement de la Libido Basée sur la Psychanalyse des Troubles Mentaux' (Abraham 1989 [1924]), ao descrever a primeira etapa desse desenvolvimento como pré-ambivalente e ligada às representações fantasmáticas de violência e de medo, relativas ao sentimento de ataque do objeto². Estes trabalhos abriram o caminho aos estudos Kleinianos sobre os fantasmas violentos muito precoces.

As 'exações violentas' que fazem as manchetes dos jornais estariam intimamente associadas a esta violência fundamental, mas desta se distinguem por serem comportamentos secundários, enquanto a primeira é de ordem primitiva e fantasmática. Segundo o mesmo autor, a violência fundamental 'não passa de uma simples reação automática de um modo muito primitivo, destinada a diminuir uma angústia de destruição pelo outro e não proporcionando em si qualquer satisfação de natureza libidinal' que 'não veicula qualquer vontade de prejudicar', característica da pré-ambivalência dos momentos primeiros da existência da criança, anteriores à triangularidade edipiana. Aqui retomamos Freud e o texto 'Os Instintos e suas Vicissitudes' (1996 [1915]: 149), em que afirma 'a psicanálise parece demonstrar que infligir dor não desempenha um papel entre as ações intencionais originais do instinto. Uma criança sádica não se apercebe de que inflige dor ou não, nem pretende fazê-lo'. Laplanche (1985) refere que tais asserções implicam a noção de uma violência primordial, é certo que voltada para o exterior, mas radicada no plano da autopreservação, de matiz puramente instrumental, não albergando qualquer espécie de gozo sexual: 'supõe-se que essa criança destrua tudo em seu caminho, sem que a destruição seja visada em

2 A ambivalência, conceito fundamental da teoria psicanalítica que Freud vai resgatar a Bleuler (1911), remete para a 'presença simultânea, na relação com o mesmo objeto, de tendências, atitudes e sentimentos opostos, por excelência o amor e o ódio' (Laplanche e Pontalis 1985: 49). A ambivalência torna-se, em Abraham, uma categoria genética que permite especificar a relação objetual própria de cada fase. Em Freud, particularmente no final da sua obra, a ambivalência toma uma maior importância na clínica e na teoria do conflito. O conflito edipiano, nas suas raízes pulsionais, passa a ser concebido como conflito de ambivalência (*Ambivalenz Konflikt*), pois que uma das suas principais dimensões é a oposição entre 'um amor fundamentado e um ódio não menos justificado, ambos dirigidos à mesma pessoa' (Laplanche e Pontalis 1985: 51). Nesta perspetiva, a formação de sintomas neuróticos é concebida como a tentativa de conseguir uma solução para tal conflito.

si mesma, nem tampouco a subjetividade do outro' (Laplanche 1985: 94). Contrariamente à violência fundamental que encerra apenas uma dimensão defensiva de sobrevivência básica, o 'ódio' e a 'agressividade' envolvem um objeto claramente identificado. O ódio implica a fruição de algum grau de satisfação dos sentimentos dirigidos ao objeto, ao passo que 'ainda mais do que o ódio, a agressividade providencia satisfações de natureza erótica, pelo facto de ver sofrer um objeto com o qual é mantida uma ligação extremamente ambivalente' (Bergeret 2004: 98)³.

Nesse sentido, numa perspectiva epigenética, os primeiros modelos imaginários ao dispor do pequeno infante são os modelos violentos, sobre os quais se irão articular posteriormente os modelos edipianos integrando em seu benefício os modelos precedentes. Segundo Bergeret (2004: 99-100), quando esta integração não é bem-sucedida assiste-se a:

uma oscilação sem saída entre os imaginários violentos e edipiano ou, pior ainda, à recuperação de uma parte dos elementos libidinais (que permaneceram espalhados) no âmbito e em benefício da problemática imaginária violenta. Isso dará origem a título fragmentário à agressividade, ao sadismo e ao masochismo, e a título mais solidamente organizado à problemática psicótica sob as suas diversas formas.

Para Bergeret (2004: 100, 'é seguramente difícil encontrar a violência fundamental em estado puro no adulto', embora seja possível encontrar situações que indiciam um retorno do recalcado como, por exemplo, as afirmações ruidosas de 'não-violência' que correspondem, por vezes, a um contrainvestimento perante o ressurgimento do fantasma violento. Para este autor, e provavelmente num dos trechos da sua prosa mais relevante para a problemática de que nos ocupamos, 'o estatuto socio-cultural tradicional da mulher comporta a mesma reação denegativa; querer que ela fique reduzida somente ao estado de 'boa' mãe, logo de 'boa' esposa, é vedar-lhe toda uma parte do seu imaginário natural que nunca poderia ser tão monolítico' (Bergeret 2004: 100). Nesse sentido, de forma similar ao modelo Duluth (Pence e Paymar 1993), também a proposta de Walker (1979) apresenta, sob este prisma, um subtexto

3 O verbete do *Vocabulário de Psicanálise de Laplanche e Pontalis* (1985: 37) consagrado à 'agressividade' exprime precisamente a sua dimensão objetiva: 'tendência ou conjunto de tendências que se atualizam em comportamentos reais ou fantasmáticos, estes visando prejudicar outrem, destruí-lo, constrangê-lo, humilhá-lo, etc.'

oculto e pernicioso. O protótipo de ‘boa esposa’ que, supostamente, reabilitaria o lado feminino da violência, afigura-se assim profundamente cerceador da sua complexidade interna, recusando-lhe a sua própria ‘violência fundamental’, num movimento repressivo que poderá condicionar uma evolução afetiva que deve sempre incluir esta componente ‘em benefício de uma dinâmica libidinal criativa e gratificante para o conjunto da personalidade’ (Bergeret 2004: 100).

III

A assunção de um modelo psicodinâmico da violência familiar não significa que modelos sociais de compreensão do problema devam ser descartados; ao contrário, deve ser visto como uma outra forma de olhar para o problema, igualmente importante.

As psicoterapias dinâmicas, do mesmo modo, constituem uma forma de autoconhecimento, ao mesmo tempo penosa e recompensadora que, mais do que transformar ou remover sintomas, pretendem levar a pessoa a deixar simplesmente de *mentir a si própria*, identificando e, acima de tudo, compreendendo o seu papel nas dinâmicas relacionais em que se encontra envolvida (Clarke, Hahn, Hoggett e Sideris 2006). Neste espaço, e ao longo do processo psicoterapêutico, a pessoa deverá ser acompanhada por um psicoterapeuta que, para além de uma sólida formação no racional subjacente, tenha bem resolvidas as suas ‘violências’ pessoais. Assim, a supervisão clínica e a psicoterapia (ou psicanálise) do próprio terapeuta são elementos fundamentais para a clarificação do processo terapêutico, incluindo a subjetividade do paciente. Por outras palavras, a ênfase terapêutica deverá estar sempre sintonizada, não apenas nas experiências subjetivas do paciente, mas também na monitorização sistemática e contínua das experiências subjetivas do terapeuta. Este duplo movimento permitirá ao terapeuta maximizar a compreensão dos movimentos relacionais no sistema terapêutico, analisando os movimentos transferenciais, mas também discriminando as contratransferências *sensu strictu* (sentimentos e reações em relação ao paciente, envolvendo circunstâncias nas quais o próprio passado do psicoterapeuta é repetido no presente); e *sensu lato* (sentimentos e reação em relação ao paciente que são evocados por comportamentos que produzem sentimentos similares em quase todas as pessoas com quem este estabelece contacto) (Gabbard, 1998). É neste contexto que uma atitude empática pode nascer, isto é, quando a identificação emocional

com o sofrimento do outro pode ser elaborada, sem o perigo de ser inconscientemente aglutinado na dinâmica relacional que o paciente procurará reproduzir transferencialmente. Como referem Bateman, Brown e Pedder (2003: 90),

a experiência de alguém que tenta entender, em vez de julgar ou controlar, proporciona a sensação de segurança e espaço no qual começamos a ser nós próprios. Então a pessoa em sofrimento pode sentir-se suficientemente segura para partilhar os seus problemas e para explorar aquilo que antes não se atrevia a pensar ou dizer.

Esta empatia do terapeuta é condição para que, um outro movimento, menos evidente e mais complexo, possa também acontecer: o movimento *empático* do paciente para com o terapeuta (Aron 1996; Miller 2003). Este é o outro lado da ‘proximidade’ intersubjetiva paciente-terapeuta, capaz de possibilitar ao primeiro a introjeção de vivências de segurança e de integração gradual das experiências inconscientes clivadas; isto é, das experiências infantis originalmente marcadas pela angústia persecutória, criando assim as introjeções positivas que não puderam ser formadas devido ao fracasso do ambiente primário em provê-las (Schestatsky 2005). As funções de *holding* (Winnicott 1956) desempenhadas pelo terapeuta são uma outra forma de designar esta intersubjetividade compensatória da função primária deformada, viabilizando um espaço onde a internalização da relação terapêutica como uma ‘boa relação’ povoada de ‘bons objetos’ e, consequentemente, capaz de promover a autoestima, a validação dos sentimentos e a criação de uma maior capacidade para lidar com as fantasias mais perturbadoras (Oldham e Phillips 2001). Neste processo, paciente e terapeuta procuram um encontro capaz de dar ao vivido uma nova significação, suscetível de transformar as repetições precoces dos maus objetos, contra os quais o paciente se viu incapaz de se proteger. É em resposta a estas vivências precoces, ou a estas estruturas de ‘acomodação patológica’, na expressão de Brandchaft (1994; cit. in Schestatsky 2005), que os padrões repetitivos se desenvolvem, marcando a vida do paciente, mas também o espaço terapêutico. Expressam-se aí usualmente em estados mentais separados e contraditórios, suscitando grande ansiedade e transferências ambivalentes que repetem esses padrões.

A fragilidade egóica destes pacientes é outro aspeto que o terapeuta deve ponderar cuidadosamente quando realiza qualquer trabalho inter-

pretativo. Kerneberg (1984, 2005) considera mesmo que só a partir da análise cognitiva e afetiva das fantasias inconscientes, dos mecanismos primitivos (particularmente da clivagem) e das distorções com que estes pacientes 'veem' o mundo é que esse ego poderá ser fortalecido e passar a usar defesas mais maduras.

De qualquer modo, as psicoterapias dinâmicas têm, então, como objetivo central esta 'irracionalidade' repetitiva das más experiências, ou, de outro modo, a desconstrução dos sentires, pensares e atuares dos sujeitos subjugados ao poder de comportamentos repetitivos que não entendem mas que os dominam, procurando descobrir em profundidade as significações que esses padrões assumem para o próprio e para o outro. Na sua diversidade técnica e mesmo teórica, têm em comum uma compreensão da vida mental como uma rede de significações, isto é, assumindo a dimensão fenomenológica e solipsística da vida mental, percebem que essas coisas (definidas como objetos e factos) não são, afinal, nem objetivas nem factuais, mas simples realidades significantes, o que as transforma inevitavelmente em fenómenos dinâmicos prontos para a transformação.

De certo modo, as psicoterapias dinâmicas tentam reescrever aquilo que não está 'escrito' ou que é vivido como 'mal escrito'. Procuram, assim, no passado a origem dos sentires, dos atos, dos comportamentos e atitudes, estruturados numa 'história' pronta a ser contada, mas também a ser recontada.

REFERÊNCIAS

- Abraham, K.
1989 [1924] 'Esquisse d'une Histoire du Développement de la Libido Basée sur la Psychanalyse des Troubles Mentaux'. In K. Abraham, *Oeuvres Complètes*. Tome 2. Paris: Payot.
- Aron, L.
1996 *A Meeting of Minds: Mutuality in Psychoanalysis*. Hillsdale, NJ: The Analytic Press.
- Bateman, A.; Brown, D.; Pedder, J.
2003 *Princípios e Prática das Psicoterapias*. Lisboa: Climepsi.

- Bergeret, J.
2004 'Violência e Evolução Afetiva Humana'. In *Psicologia Patológica: Teoria e Clínica*. Editado por Bergeret. Lisboa: Climepsi.
- Bion, W. R.
1979 *Eléments de la Psychanalyse*. Paris: PUF.
- Bleuler, E.
1911 *Demencia Precoz: El Grupo de las Esquizofrenias*. Buenos Aires: Lumen.
- Boulanger, J.-J.
2004 'Perspectiva Metapsicológica' In *Psicologia Patológica: Teoria e Clínica*. Editado por Bergeret. Lisboa: Climepsi.
- Brandchaft, B.
1994 *Structures of pathological accommodation and change in analysis*. Presented at the Association for Psychoanalytic Self Psychology. March 12. New York.
- Celani, D. P.
1999 'Applying Fairbairn's Objectrelations Theory to the Dynamics of the Battered Woman'. *American Journal of Psychotherapy* 53 (1). pp.60-73.
- Clarke, S.; Hahn, H.; Hoggett, P.; Sideris, T.
2006 'Psychoanalysis and Community. *Psychoanalysis, Culture and Society* 11. pp.199-216.
- Coid, J.; Petruckevitch, A.; Feder, G.; Chung, W. S.; Richardson, J.; Moorey, S.
2001 'Relation Between Childhood Sexual and Physical Abuse and Risk of Revictimization in Women: A Crosssectional Survey. *Lancet* 358. pp.450-54.
- Dutton, D. G.; Corvo, K.
2006 'Transforming a Flawed Policy: A Call to Revive Psychology and Science in Domestic Violence Research and Practice'. *Aggression and Violent Behavior* 11. pp.457-83.

- Dutton, D. G.; Nicholls, T. L.
2005 'The Gender Paradigm in Domestic Violence Research and Theory: Part 1 – The Conflict of Theory and Data'. *Aggression and Violent Behavior* 10. pp.680–714.
- Fairbairn, W. R. D.
1952 *Psychological Studies of the Personality*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
1958 'On the Nature and Aims of Psychoanalytic Treatment'. *International Journal of Psychoanalysis* 39. pp.374-85.
- Freud, S.
1996 [1915] 'Os Instintos e suas Vicissitudes'. In S. Freud. *Obras Completas*. Volume 14. Rio de Janeiro: Imago.
1996 [1933] 'Novas Conferências Introdutórias sobre a Psicanálise'. In S. Freud. *Obras Completas*. Volume 22. Rio de Janeiro: Imago.
- Gabbard, G. O.
1998 *Psiquiatria Psicodinâmica: Baseado no DSM-IV*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Haaken, J.
2008 'Too Close for Comfort: Psychoanalytic Cultural Theory and Domestic Violence Politics'. *Psychoanalysis, Culture and Society* 13. pp.75-93.
- Kernberg, O.F.
2005 'Abordagem Psicodinâmica das Explosões Emocionais dos Pacientes Borderline'. In *Psicoterapia de Orientação Analítica: Fundamentos Teóricos e Clínicos*. Editado por C. Eizirik, R. Aguiar, S. Schestatsky e colaboradores. Porto Alegre: Artmed.
- Laplanche, J.
1985 *Vida e Morte em Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J.; Pontalis, J.-B.
1985 *Vocabulário de Psicanálise*. Lisboa: Moraes Editores.

- Matos, A. Coimbra de
2007 *Vária: Existo Porque Fui Amado*. Lisboa: Climepsi.
- Meltzer, D.
1975 *Explorations in Autism: A Psychoanalytic Study*. Perthshire: Clunie Press.
- Miller, M. L.
2003 'Empathy and Self-Expression: Confessions of a Sometimes Angry Self Psychologist'. *Progress in Self Psychology* 19. pp.57-83.
- Nicolson, P.
2010 *Domestic Violence and Psychology: A Critical Perspective*. Londres: Routledge.
- Oldham, J. M.; Phillips, K. A.
2001 'Practice Guidelines for the Treatment of Patients with Borderline Personality Disorder'. *American Journal of Psychiatry* 158 (10), supplement.
- Pence, E. ; Paymar, M.
1993 *Education Groups for Men Who Batter: The Duluth Model*. Londres: Springer Publishing Company.
- Pico-Alfonso, M.; Echeburúa, E.; Martinez, M.
2008 'Personality Disorder Symptoms in Women as a Result of Chronic Intimate Male Partner Violence'. *Journal of Family Violence* 23. pp.577-88.
- Schestatsky, S. S.
2005 'A Abordagem Psicodinâmica do Paciente Borderline'. In *Psicoterapia de Orientação Analítica: Fundamentos Teóricos e Clínicos*. Editado por C. Eizirik, R. Aguiar, S. Schestatsky e colaboradores. Porto Alegre: Artmed.
- Seagull, E. A.; Seagull, A. A.
1991 'Healing the Wound that Must not Heal: Psychotherapy with Survivors of Domestic Violence'. *Psychotherapy* 28. pp.16-20.

- Strauss, M. A.
2009 'Why the Overwhelming Evidence on Partner Physical Violence by Women has not Been Perceived and is Often Denied'. *Journal of Aggression, Maltreatment and Trauma* 18. pp.552-71.
- Stuart, G. L.; Moore, T. M.; Gordon, K. C.; Ramsey, S. E.; Kahler, C. W.
2006 'Psychopathology in Women Arrested for Domestic Violence'. *Journal of Interpersonal Violence* 21. pp.376-89.
- Walker, L. E.
1979 *The Battered Woman*. Nova Iorque: Harper and Row.
- Wind, T. W.; Silvern, L.
1992 'Type and Extent of Childhood Abuse as Predictors of Adult Functioning'. *Journal of Family Violence* 7. pp.261-81.
- Winnicott, D. W.
1956 A Preocupação Materna Primária. In D. W. Winnicott (2000), *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.

Um Olhar Psicanalítico sobre a Vitimação e a Psicoterapia Dinâmica no Âmbito da Violência Doméstica**A Glimpse into Victimization and Dynamic Psychotherapy in Domestic Violence****Sumário****Summary**

Neste trabalho, são consideradas as implicações de uma concepção dinâmica sobre a violência doméstica, incluindo a importância do trabalho psicoterapêutico dinâmico com as vítimas de violência entre parceiros íntimos. Neste sentido, são analisadas as críticas aos modelos de L. Walker (1979) e Duluth (Pence e Paymar 1993) decorrentes das concepções psicológicas e psicanalíticas. Estas críticas são revistas à luz dos fenômenos neuróticos do tipo *folie à deux* e das defesas assentes na clivagem (com os objetos parciais 'mulher boa' e 'homem mau'). Os modelos psicanalíticos associados à análise do conflito interno e à concepção das relações objetais, como aquele proposto por Fairbairn (1952), são também discutidos e aplicados à compreensão da dinâmica da mulher maltratada. Finalmente, as psicoterapias dinâmicas são analisadas como formas terapêuticas focadas na compreensão do mundo interno e da implicação deste nas dinâmicas relacionais abusivas.

Palavras-chave: Psicoterapias dinâmicas, violência doméstica, psicoterapia e violência doméstica.

This article analyses the importance of dynamic models dealing with domestic violence, including the dynamic psychotherapeutic work with victims of intimate partner violence. Psychodynamic and psychological main criticisms to L. Walker (1979) and Duluth (Pence and Paymar, 1993) models and their views on domestic violence are also revised, considering the neurotic *folie à deux* organizations and splitting defense mechanisms (the 'good wife' and the 'bad man' partial objects). Psychoanalytical models on inner conflict and object relations, as proposed by Fairbairn (1952), are used to understand the internal world of abused women. Finally, dynamic psychotherapy is discussed as therapeutic modalities that are focused on a deep understanding of the internal objects which convey several implications on external interpersonal abusive interactions.

Keywords: Dynamic psychotherapy, domestic violence, domestic violence and psychotherapy.